

1968: MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE NA POLITICA BRASILEIRA

Sebastião C. Velasco e Cruz
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender a dinâmica do movimento estudantil no Brasil e sua intervenção em várias conjunturas importantes, especialmente durante a crise política de 1968.

PALAVRAS-CHAVE: *movimento estudantil, União Nacional dos Estudantes, golpe de 1964, Ato Institucional nº 5.*

I. CENAS BRASILEIRAS, NUM ANO NÃO TRIVIAL

28 de março: Policiais invadem a tiros restaurante estudantil onde se preparava manifestação contra as más condições do estabelecimento. Um corpo tomba sem vida - Edson Luis, 16 anos, quase um menino. Durante dez dias, demonstrações comovidas de repúdio por todo o país. E novos conflitos. Muitos presos, muitos feridos, e pelo menos dois mortos nos embates com a polícia.

21 de junho: Manifestação contra a política educacional do governo, no Rio de Janeiro. Com apoio ativo de populares, universitários resistem durante horas às investidas da tropa. "Sexta-feira Sangrenta": vários mortos, centenas de presos, dezenas de feridos. Ao longo de quatro dias, atos públicos em solidariedade aos estudantes cariocas nas principais cidades do país; violentos confrontos. Afinal, uma trégua: "Passeata dos Cem Mil", Rio de Janeiro,

26 de junho - padres e freiras, intelectuais e artistas juntam-se aos estudantes em grande mobilização não reprimida.

12 de outubro: Com rajadas de metralhadora disparadas ao ar, soldados da Polícia Militar de São Paulo tomam de assalto propriedade rural onde se realiza clandestinamente o XXX Congresso da União Nacional de Estudantes - UNE. Saldo da operação: cerca de oitocentos presos, entre eles os líderes mais expressivos do movimento.

13 de dezembro: A pretexto de resgatar a honra das Forças Armadas, ofendida pela palavra de parlamentar cujas imunidades o Congresso obstina-se em reassegurar, governo se dota de plenos poderes com a edição do Ato Institucional nº 5. Através deste instrumento o presidente fica autorizado, por prazo indefinido, a: 1) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções nos estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

políticos de qualquer cidadão; remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 4) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 5) decretar o confisco de bens; 6) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e associação; 7) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas.

A onda repressiva que desde então se desencadeia em todo o país atingirá em cheio o movimento estudantil. Assim, já na noite do dia 13 começam as prisões, e dentro em pouco tornar-se-á rotina nos quartéis do Exército, a chegada de jovens, que lá ficarão detidos, na melhor das hipóteses até que esteja saciada a curiosidade do oficial incumbido de ouvi-los. Julgando insuficientes, para a tarefa de impor sua concepção de ordem às Universidades, os instrumentos de que dispunha, em fevereiro de 69 o governo baixa um decreto-lei (nº 477), que pune com rigorosas penalidades, sumariamente aplicadas, professores, alunos e funcionários tidos como culpados de atos de indisciplina. Em um de seus artigos, esse diploma prevê a pena de expulsão e interdição, por três anos, de matrícula em qualquer outra instituição de ensino superior do estudante assim punido.

Quase cinco anos depois do golpe de 64, com o AI-5 o regime autoritário brasileiro ingressava em sua fase abertamente ditatorial. Nessa época de trevas, o movimento estudantil se desarticula inteiramente. O que dele subsiste, aqui e ali, são expressões isoladas, escassamente capazes de transcender o âmbito de um estabelecimento. Muito tempo depois, quase ao final da década seguinte, ele voltará à luz do dia. Mas já não será o mesmo. Com outra inspiração, outro *élan* novas palavras de ordem e novas formas de luta, entre este

e seu predecessor medeia um verdadeiro abismo.

* * *

De tempos em tempos, a história registra momentos assim - conjunturas internacionais em que, sob o efeito de mecanismos não de todo conhecidos, em várias partes do mundo, simultânea ou seqüenciadamente, a ordem estabelecida é mais ou menos profundamente abalada pelo ataque convergente (concatenado ou não) de múltiplos inconformismos. 1848; 1917; 1989. Frequentemente, a referência mística a um ano passa a servir como emblema de todo o período.

1968 é mais um exemplo disso. Saturado como está de sentido, esse número mágico evoca personagens, lugares, situações e processos muito distintos. Mas em grande medida convergentes pelo que significam de desafio às estruturas de poder e/ou a normas culturais firmemente estabelecidas. Daí que se chegue a falar em "Revolução de 1968" (WALLERSTEIN, 1989). Pode-se discordar do uso deste termo para designar o período, mas não haverá quem negue o papel de destaque que neste corresponde aos jovens, em especial ao movimento estudantil.

Como os registros sintéticos que abrem este artigo terão deixado claro, no Brasil também 1968 é sinônimo de contestação e ruptura. Com efeito, quatro anos depois do golpe militar que pôs um termo à instável e limitada democracia política em vigor desde o final da II Guerra, em 1968 o movimento estudantil estava reorganizado e se lançava em um confronto aberto com as forças do novo regime.

Aos estudantes brasileiros dessa época não eram estranhos os símbolos, as idéias-força, as esperanças e as fantasias que

nutriam o imaginário de outros jovens em movimento, em outras partes do mundo. Pelo contrário. Por seu discurso, por seu estilo, por sua dupla orientação - voltado, a um tempo, contra os representantes da "ordem" e contra as velhas forças progressistas: a esquerda tradicional e os antigos políticos populistas - o movimento estudantil de 68 é filho legítimo de seu tempo.

Contudo, é muito mais do que isso. Com um passado de trinta anos de existência institucionalizada na cena política nacional, com presença marcante na conjuntura de crise que vai desaguar no golpe de 1964, o movimento estudantil tem raízes fundamentalmente plantadas na história deste país.

Embora representasse uma parcela ínfima da população - cerca de 150 mil universitários, em um universo de mais de 70 milhões de habitantes - no Brasil de meados dos anos 60 o movimento estudantil constituía um fator importante na vida política nacional. Em parte pela origem social de seus integrantes - em sua maioria, filhos da alta classe média e das elites dominantes (INSTITUTO, 1968) - em grande medida por sua história prévia, pelo nível de institucionalização alcançado e por sua forma de organização.

Descontada a participação episódica de estudantes em mobilizações conduzidas por outros setores da sociedade - como na Revolução Constitucionalista, em 1932 - o *début* do movimento estudantil na política brasileira se deu na primeira metade da década de 40, no bojo da campanha pela declaração de guerra às forças do Eixo. Por razões de cálculo e pelas simpatias desencontradas que existiam em seu círculo dirigente, até 1943 a ditadura varguista (1937-1945) sustentara uma posição de neutralidade entre os beligerantes. A decisão de incorporar-se ao campo aliado deveu-se, certamente, a vários fatores - a conclusão

de acordos econômicos altamente favoráveis com os Estados Unidos¹, e o próprio rumo assumido pelo conflito na Europa, por exemplo -, mas entre estes a pressão da opinião pública teve importância não desprezível. E por sua participação destacada nesse amplo movimento, que aliava liberais, socialistas e comunistas na luta comum contra o inimigo externo (o nazifascismo) e interno (a ditadura) que a recém-criada União Nacional dos Estudantes - a UNE - ganhará notoriedade e se afirmará como entidade superior do sistema oficial de representação dos estudantes².

Sistema oficial de representação - traço distintivo do movimento estudantil brasileiro, de vastas consequências para os seus padrões de atuação, antes e depois de 1964. Empenhados desde o início na implantação do modelo sindical rigidamente corporativo que vigorou praticamente intacto até o final dos anos 80, não surpreende que os quadros intelectuais do varguismo tenham buscado introduzir em outros campos sociais os mesmos princípios, fazendo consagrar, neles também, o monopólio institucional da representação de interesses. Era com base nessa premissa que estava moldada a organização do movimento estudantil: uma estrutura vertical, legalmente reconhecida.

Em conformidade com o Estatuto da Universidade Brasileira, baixado em 1931 por um decreto do Governo Provisório constituído pela Revolução de 30³, em cada unidade básica do sistema de ensino superior - a Faculdade - deveria existir um órgão de representação estudantil, o Diretório Acadêmico, cujo estatuto seria aprovado pelo Conselho Técnico-Administrativo do estabelecimento. As universidades deveriam ter Diretórios Centrais, com estatutos redigidos em acordo com os reitores e aprovados pelos Conselhos

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

Universitários (CUNHA, 1983: 15 e 55). Órgãos oficiais da instituição, o Diretório Acadêmico e o Diretório Central de Estudantes tinham acento, por força de lei, no Conselho Departamental da faculdade e no Conselho Universitário, respectivamente. A filiação ao Diretório Acadêmico era automática. E nas universidades públicas, além de pequenas verbas, esse organismo contava ainda com franquia postal e o direito ao timbre com a Armas da República (ALBUQUERQUE, 1977: 122).

Até 1937, os estudantes dispunham de centros acadêmicos, mas não de organizações superiores que os congregassem. Em 1938, com a 1ª Reunião do Conselho Nacional dos Estudantes, essa situação começou a alterar-se. Com efeito, embora extremamente inibidos (o Conselho se abstinha de discutir qualquer tema político), os delegados ali reunidos davam o primeiro passo para a criação de uma entidade nacional de estudantes universitários. Um ano depois, em cerimônia que contou com a presença do Presidente Vargas, era solenemente anunciada a fundação da UNE.

A aproximação a Vargas fora apenas tática, provavelmente. Seja como for, logo a seguir a UNE estará na linha de frente da oposição ao regime. É sob o impulso das mobilizações dessa época que surgem as entidades intermediárias - as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, no Distrito Federal, a União Metropolitana de Estudantes (UME) - que passam a assegurar a ligação entre a UNE e os Diretórios Acadêmicos. Completava-se, dessa forma, o sistema de representação estudantil: na base, os centros acadêmicos e os DCEs; acima deles, as entidades estaduais; e no vértice a UNE. Mais tarde esse modelo de organização seria adotado também pelos secundaristas - sem o mesmo sucesso, contudo (CUNHA, 1983: 19).

O efeito dessa estrutura sobre os padrões de ação do movimento estudantil foram argutamente assinalados por Guilhon Albuquerque. Embora extensa, vale a pena seguir de perto sua citação. Dado o caráter oficial das organizações estudantis:

As divisões eram extremamente raras: até 1964, apesar da radicalização dos conflitos políticos, só o movimento secundarista conheceu organizações rivais, e isso exclusivamente no nível local. Tais divisões não tinham como se solidificar e crescer, já que os novos grupos não eram reconhecidos pela União Nacional, e com isso dificilmente encontrariam eco a nível nacional ou regional.... Outra consequência ... era a visibilidade do poder: qualquer novo movimento de idéias que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil tinha que se engajar "nas estruturas" ... ou seja, entrar na engrenagem da luta pelo poder nos diretórios e grêmios.

Dessa forma, em contraste com o que se dá em outros países:

Em lugar de eclodir em miríades de grupelhos autônomos, as diferentes tendências que surgiam organizavam-se no interior do movimento. Essas tendências se aliavam ou se enfrentavam, em todos os níveis, desde o Diretório até a UNE, dando lugar a uma espécie de mobilização partidária permanente no meio estudantil (ALBUQUERQUE, 1977: 123-24).

Refletindo refratadamente em seu seio as clivagens que cindiam a sociedade política brasileira, as tendências que se confrontavam no movimento estudantil dispunham-se em dois grandes campos: a esquerda nacionalista, e a direita - com franco predomínio nesta dos liberais elitistas. Até o final dos anos 40, a UNE foi dirigida pelos nacionalistas, sob cuja liderança participaria intensamente da campanha "O Petróleo é Nosso" - amplo movimento de opinião, civil e militar, que culminaria na aprovação pelo Congresso, em 1953, da Lei 2004, a qual estabeleceu o

monopólio estatal da prospecção, da lavra e do refino a ser exercido por empresa criada para esse fim: a Petrobrás. Em 1950, a oposição conservadora conseguiu finalmente impor-se, e por seis anos deteve a direção da UNE. Em 1956, a esquerda recobrou o controle da entidade, para não mais perdê-lo até nossos dias.

Dentre as forças que compunham o campo "progressista", uma delas terá nos anos 60 importância decisiva. Trata-se da tendência de origem católica, que estruturada em duas organizações de caráter distinto - a Juventude Universitária Católica (JUC) e, mais tarde, a Ação Popular (AP) - manteria até 1968 a hegemonia no movimento estudantil.

Criada em 1950 como movimento especializado, segundo o padrão belga e francês, a JUC descreveu nos anos 50 uma trajetória surpreendente, que lhe garantiria uma posição singular (um papel protagônico) na história do catolicismo progressista latino-americano (LOWY, 1989). Com efeito, definindo-se, em sua primeira fase (1950-56), como apolítica e voltando-se inteiramente às tarefas de "evangelização" em seu meio próprio - a Universidade -, no limiar da década a JUC havia produzido um discurso original que incorporava elementos do marxismo e impugnava radicalmente a realidade econômica e social do país.

Para esse resultado muito contribuiu a influência exercida pela corrente renovadora do pensamento católico francês (particularmente importante, nesse sentido, foi o contato direto com o pai da escola *Economia e Humanismo*, Padre Lebreton, que por alguns anos viveu e trabalhou no Brasil, e a assimilação da filosofia personalista de Emmanuel Mounier, "o mestre mais seguido da juventude católica brasileira", no dizer de um dos mentores intelectuais da mesma). Mas o que primordialmente impulsionava a

JUC na busca de soluções próprias no terreno das idéias eram os dilemas morais e práticos criados por seu engajamento no trabalho junto a populações carentes e por sua crescente militância no movimento estudantil. São as respostas dadas a esses dilemas que colocarão a JUC em linha de choque frontal com a hierarquia e levarão seus dirigentes a romper os vínculos de subordinação que os ligavam a esta mediante a fundação, em 1962, de uma organização política autônoma - a Ação Popular, ou mais simplesmente, a A.P.⁴.

Naturalmente, a esquerda católica não ocupava sozinha o campo progressista no movimento estudantil. Consagrada como tendência majoritária no XXIV Congresso da UNE, em 1961, desde então ela partilharia o controle da entidade com outras tendências, com destaque, até 1964, para aquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, é sob a condução da JUC que a UNE irá promover a campanha pela Reforma Universitária, causa mais característica do movimento estudantil latino-americano.

Levantada pela primeira vez pelos estudantes da Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, a bandeira da Reforma Universitária até então não havia sido empunhada efetivamente por nenhuma corrente do movimento estudantil brasileiro. É verdade que já na década de 30 o tema fora lançado, mas sem maiores consequências. É certo também que, a partir de 1960, algumas manifestações pela democratização e modernização da Universidade vinham eclodindo mais ou menos espontaneamente em várias regiões do país. Mas eram mobilizações esparsas, que não chegavam a configurar um movimento. É através da intervenção da JUC que, por fim, este vai se concretizar. A clara consciência da centralidade da questão universitária e

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

das oportunidades que ela abria para quem a trabalhasse com competência é nitidamente expressa em documento da organização:

A ideologia reformista é movimento virgem no Brasil. Afora o Seminário Latino-Americano há pouco realizado na Bahia, não temos recordações recentes de qualquer outra iniciativa. *O movimento não tem dono*, portanto. Faltam-lhe ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e a *realidade da Universidade brasileira*; e façam dos dois uma síntese de soluções diretivas. Se outros se tornarem donos da vaga, sem a nossa participação, será culpa nossa e da JUC o fato de ser ela novo instrumento da luta contra a religião católica (SOUZA, 1984: 117).

A segurança com que se formulava essa avaliação era tanto maior porquanto, com suas conhecidas limitações e todo o seu arcaísmo, dada a pressão constante das classes médias pela ampliação de suas vias de acesso, a Universidade se convertera nos anos 50 em uma área politicamente muito sensível (CUNHA, 1983: Cap. II). Dessa forma, o tema da reforma universitária foi decididamente encampado pela nova liderança da UNE, que dele se valeu como alavanca para acionar um movimento de grande envergadura.

Contra a estrutura autoritária e anacrônica da Universidade - contra o seu elitismo; contra um ensino antigo, em total descompasso com a realidade nacional e as necessidades do povo; por uma Universidade moderna e democrática, em cujas decisões os estudantes pudessem influir com peso decisivo (CUNHA, 1983: Cap. V). Face às dificuldades colocadas por um sistema de comunicações ainda ralo e escassamente integrado, os militantes da UNE puseram-se em campo levando tal plataforma às faculdades de todo o país. "UNE Volante" - apoiados no trabalho de "animadores" do Centro Popular de Cultura (CPC), que promoviam musicais e

encenavam peças carregadas de mensagens antiimperialistas, diretores da entidade iam aos centros mais distantes, mobilizando a base para a prova de força que logo viria⁵.

Esta teve início em maio de 1962, com a deflagração da "greve do 1/3", denominação escolhida por expressar o alvo mais imediato do movimento: participação no governo da universidade e nos conselhos - Federal e estaduais - de educação que supervisionavam sua política.

A greve do 1/3 estendeu-se por mais de três meses e atingiu a maior parte das 40 universidades que existiam no Brasil na época. Foi a mais ampla e a mais longa greve estudantil até então já ocorrida no país. Nem por isso foi capaz de alcançar seus objetivos. Confrontada com a resistência tenaz da burocracia do ensino e com o veto conservador no Congresso, o movimento acabou por exaurir-se. Em agosto de 1962 o fim da greve era decretado pela UNE.

O período que se abre a partir desse momento vai assistir a um processo de crescente radicalização da entidade. Sob a alegação de que os destinos da reforma se decidiam fora da Universidade, a liderança da UNE vai politizar acentuadamente o seu discurso, passando a intervir cada vez mais enfaticamente no debate das grandes questões nacionais. Nesse percurso, ela se distanciará da base, abrindo espaço para o avanço do liberalismo conservador no movimento estudantil.

Contudo, essa trajetória foi algo mais do que uma fuga para frente diante dos impasses criados pela derrota do movimento grevista. A essa altura, o Brasil estava imerso no que certamente terá constituído a crise mais profunda e dramática de sua história contemporânea. Sem uma referência expressa a essa conjuntura, a ação estudantil no período e seus desdobramentos futuros são ininteligíveis.

No final dos anos 50, o pacto populista - que desde a democratização, em 1945, presidia a política brasileira - estava sendo minado por dois processos contraditórios, mas complementares: a) a continuada erosão de seu apoio nos meios empresariais, cada dia menos tolerantes com as injunções e o discurso populista⁶; b) a pressão crescente dos setores populares - na cidade e no campo - que o movimento nacionalista buscava canalizar para um amplo programa reformista⁷.

Nesse contexto, a renúncia do Presidente Jânio Quadros, apenas sete meses depois de investido no cargo, vai liberar tensões há muito acumuladas, e detonar a crise. Demagogo, livre de compromissos com qualquer partido político, Jânio Quadros fora adotado pelas forças antipopulistas como o único nome habilitado a bater o candidato da situação, que contava com o apoio dos nacionalistas. Ora, eleito por folgada margem de votos, obedecidos os preceitos constitucionais, com esse gesto ele entregava a chefia do Estado ao vice-presidente, João Goulart, um dos políticos mais identificados com o programa de reformas de base e um das mais destacadas expressões do populismo nacionalista. Assim, as resistências antepostas a esse desfecho eram previsíveis. Elas vieram sob a forma de uma tentativa de golpe conduzida pelos ministros militares do governo que se desfazia.

A "crise da renúncia" foi contornada pelo acordo em torno de uma emenda constitucional que alterava o sistema de governo, instituindo o parlamentarismo. Com seus poderes assim amputados, Goulart pode assumir, finalmente, a Presidência da República. Mais do que uma solução, porém, era uma trégua que esse expediente produzia. Com efeito, cedo passaram a ganhar força aqueles que

militavam contra tal compromisso⁸. De um lado, Goulart manobrava habilmente com vistas à recuperação das prerrogativas perdidas, sob forte pressão de seus aliados à esquerda, que dele exigiam um empenho decidido na aplicação do programa reformista; de outro, os vários núcleos conspirativos, compostos pelos que não se conformavam com a saída constitucional, intensificavam sua ação desestabilizadora - em duas frentes: junto aos "setores estratégicos" - militares, empresários, grandes proprietários rurais - nos quais buscavam apoio material e a adesão ativa ao golpe que urdiam; no âmbito da opinião pública em geral - em particular as classes médias urbanas - as quais buscavam galvanizar através de uma vasta campanha de agitação e propaganda centrada no tema do anticomunismo⁹.

Nesse quadro extremamente polarizado que antecede ao golpe de 1964, a evolução da UNE não surpreende. Uma das propriedades formais mais notáveis das conjunturas de crise política aguda é exatamente esta: a dissolução tendencial das lógicas setoriais, a interdependência ampliada dos cálculos táticos - em uma palavra - a superpolitização dos conflitos (DOBRY, 1986). No Brasil, entre 1962 e 1964, em alguma medida todos os setores organizados da sociedade foram arrastados por esse impulso. Se os grandes temas da política nacional passavam a dominar o discurso e a prática dos militantes da UNE, outro tanto se dava com seus opositores no movimento estudantil. E se esse deslocamento acarretou o desgate da UNE, isso se deve, não à politização em si mesma, mas ao fato de que as orientações de sua liderança estavam em descompasso com as disposições políticas e ideológicas de amplas parcelas de seu público específico.

Em 31 de março de 1964, tropas

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

rebeladas do Exército saíram de Belo Horizonte e Juiz de Fora - no estado de Minas Gerais - em direção ao Rio de Janeiro, até pouco tempo atrás capital da República e ainda à época o centro nervoso - político e administrativo - do país. Na tarde do dia 1 de abril, o rádio e a TV anunciavam a partida de Goulart para o Uruguai e a vitória definitiva do movimento. Tudo se passara sem traumas maiores, quase como uma ação entre amigos. Não houve combates, salvo os travados pelos fios de telefone ... Sequer foi preciso muito esforço para destruir eventuais focos de resistência ou impor ordem às ruas. Porque, simplesmente, não houve resistência. Quando se tornou patente que a questão para as Forças Armadas estava resolvida, os dirigentes da esquerda nacionalista já se encontravam presos ou estavam em fuga.

Esse final de opereta teve um efeito arrasador sobre a esquerda - em especial a que militava no movimento estudantil. O leitor pode formar uma idéia do estado de espírito dominante nesse meio a partir do depoimento de um líder universitário no exílio:

Naquele dia nos reunimos no recinto da Escola de Direito uns trezentos estudantes universitários para protestar contra o golpe ... Muitos diziam entusiasmados: "Vamos receber armas de Jango Goulart! Vamos receber armas para combater". Mas essas armas nunca chegaram. Eu penso hoje que, mesmo se essas armas tivessem chegado a nossas mãos... não havia nada a fazer com elas, sem uma perspectiva de luta, sem uma orientação, sem um caminho a seguir.¹⁰

Os anos imediatamente anteriores ao golpe haviam assistido a um processo de acentuada radicalização da luta política. Além dos fatores antes assinalados, para isso contribuíram alguns fatos na cena internacional, em particular a vitória da guerrilha em Cuba. No despontar dos anos 60, a

atração exercida pelo exemplo cubano era grande no Brasil, como, de resto, em toda a América Latina. Com o governo Goulart paralisado pelo veto conservador que sofria no Congresso, o discurso do movimento nacionalista endurecia - "as reformas virão: na lei, ou na marra" - e a idéia da luta armada começava a ganhar adeptos.

No entanto, até 1964 nenhuma iniciativa consequente será tomada nessa direção. Polarizada ideologicamente pelo Partido Comunista Brasileiro, que, desde o Manifesto de 1958, revira suas posições, passando a apostar na aliança com a "burguesia nacional" e na "via pacífica para o socialismo", o conjunto da esquerda estava inteiramente absorvida pelos embates que se travavam no plano institucional.

Na verdade, apesar de toda a fraseologia sobre a Revolução Brasileira, a esquerda subestimava seriamente seus oponentes, partilhando com Goulart a confiança na suposta solidez de seu esquema de sustentação militar - o ministro do Exército e a rede de comandos em mãos de oficiais nacionalistas, ou simplesmente leais. Quando esse dispositivo ruiu, antes mesmo de ser testado, desabou no mesmo movimento a autoridade dos líderes que proclamaram por anos a fio a "vocaçãõ democrática" das Forças Armadas, e nada fizeram para prevenir aquele desfecho não de todo imprevisível¹¹.

1964 inaugura, pois, um período de crise de direção profunda na esquerda brasileira, que - por dois anos, pelo menos - estará absorvida em uma viva controvérsia. Na agenda, dois temas: o caminho a seguir; as razões do fracasso. E na troca de acusações que movimentava o debate, os advogados da política tradicional estavam de antemão desqualificados: o responsável pelo fiasco tinha um nome bem conhecido - o reformismo; e a resposta à pergunta clássica -

que fazer? - era fácil: preparar as condições para a luta armada, sob a forma da guerrilha¹².

Naturalmente, trata-se aqui de uma simplificação esquemática. Da pauta constava ainda uma pergunta importante: qual a tipificação adequada da economia e da sociedade brasileiras - já, ou ainda não, preponderantemente capitalistas? - de cuja resposta derivavam proposições estratégicas sobre o "caráter" - socialista, ou não - do processo revolucionário. Mas, invertendo a ordem canônica de razões, este se manteve sempre como um tema subordinado¹³. *Prima facie*, o que dividia era a questão da luta armada. Era ela que mobilizava as paixões. Em torno dela é que os campos se definiam.

No meio universitário, os efeitos dessa polêmica se fizeram sentir principalmente através da Ação Popular - que já em 1967 havia aderido ao marxismo - das múltiplas dissidências do Partido Comunista Brasileiro, a maior parte delas integradas essencialmente por militantes do movimento estudantil - e de um grupo pequeno, mas influente - a POLOP. Entre esses grupos, que constituíam o que se poderia chamar de "nova esquerda", havia inúmeras divergências. Mas, além da eleição comum da luta armada como horizonte de sua prática política, eles compartilhavam uma forte rejeição ao estilo contemporizador e conciliatório da política tradicional, aliada a um desprezo acentuado pela atuação nos espaços institucionais porventura ainda abertos no pós-64. Essa orientação exprimiou-se publicamente por ocasião das eleições legislativas de 1966, sob a forma do movimento pelo voto nulo.

Mais adiante veremos de que maneira e em que medida essas concepções, que informavam a vanguarda estudantil, condicionaram os rumos do movimento. Antes,

porém, cabe assinalar outra consequência - menos direta, mas não menos importante - do final inglorio da "República Populista".

Um dos fatores básicos a condicionar a configuração de um regime autoritário é a natureza da crise que lhe dá origem. No caso brasileiro, esta tinha entre seus traços característicos a seguinte disposição de forças, com as condutas que ela induzia. De um lado, o campo nacionalista detinha a Presidência da República, mas não contava com o apoio suficiente no Congresso para aprovar as reformas sociais que defendia - daí que tenha apelado para a mobilização extra-parlamentar com o fito de influir de fora naquela arena, alterando o equilíbrio que ali se estabelecia. Solidamente instalados nas instituições estatais e na sociedade, seus oponentes respondiam a esse assédio com uma contramobilização que se desenvolvia sob o signo de uma dupla interpelação: a defesa de valores tradicionais ameaçados - Deus, Pátria, Família e Propriedade; a defesa da Constituição e da legalidade democrática.

"A legalidade nos mata" - com frequência tem sido esse o mote das classes dominantes em situações que preparam o advento de regimes autoritários. No Brasil dessa época a toada era outra: "a legalidade nos salva", elas diziam. Esse, o dado capital. Em 64, na retórica conservadora a demanda de ordem vinha associada à reivindicação da lei e das instituições liberal-democráticas.

Nesse contexto, a rápida supressão da ameaça, com a derrota sem luta do adversário, teve o condão de ocultar o significado profundo da mudança verificada com o golpe e de transmitir a falsa sensação de continuidade. Assumindo o poder como os paladinos da ordem constitucional, os militares exibem, no primeiro momento, uma autocontenção sob todos aspectos admirável. Assim, quando a Junta Militar

composta às pressas se dispõe a validar as medidas de força que adotava, ela promulga um Ato Institucional que lhe consagra poderes até certo ponto limitados e por prazo definido. Alguns dias depois, o Marechal Castello Branco era eleito pelo Congresso - na formalidade da lei - para governar por um ano, apenas, tempo que restava para que o mandato de Goulart expirasse.

Mas logo a seguir a evolução da conjuntura dissiparia esse mal-entendido. Em 1964 conformara-se um vasta coalizão conservadora, que unia a totalidade das classes proprietárias e parcelas majoritárias da classe média aos militares, no ataque conjunto ao governo e às forças populares que ele expressava. O consenso que calçava essa aliança, porém, era apenas negativo: contra o “comunismo”, a “corrupção”, a “demagogia” - o populismo, enfim, tido como portador de todos esses males. Confrontada com a questão do que fazer positivamente, ou seja, de que rumos imprimir à política do Estado, essa “frente única” se estilhaçava. E não estavam somente aí os elementos de discórdia: sobre a natureza e a duração da presença militar no governo, também, o desencontro imperava.

No horizonte mental dos dirigentes civis do movimento de 64 (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros), de setores das classes dominantes e largas fachas da classe média, a solução da problemática política brasileira não requeria a implantação de uma nova institucionalidade autoritária. Em sua perspectiva, os militares eram detentores de um mandato preciso, com vigência limitada. No auge da crise, eles teriam sido convocados para empreender uma intervenção regeneradora. Realizada a cirurgia, concluída a tarefa, eles voltariam aos seus postos e às suas tarefas

específicas, preservados em sua magna função de guardiões em última instância da ordem.

Como sabemos, tal expectativa não se cumpriu. Desde abril, com a edição do Ato Institucional, com os diversos Inquéritos Policiais Militares e as ondas sucessivas de cassações de mandatos e direitos políticos, teve início um processo de progressiva militarização do aparelho de Estado, que conduziria à centralização de poderes no Executivo Federal - em detrimento do Legislativo, do Judiciário e das instâncias de poderes regionais - e colocará os centros de decisão estratégicos no executivo como esfera de competência exclusiva de militares.

Naturalmente, nada disso pode ser feito com exageros de gentileza. Para que a expropriação material e simbólica implicada nesse processo se efetivasse, foi preciso vencer a resistência dos inimigos de sempre e dos aliados da véspera. Entre estes, a classe média liberal e seus representantes políticos, que se viam cada vez mais claramente aliados. É sobre esse pano de fundo que o movimento estudantil vai irromper na cena política, a partir de 1966, sobretudo, catalizando um descontentamento que largamente o ultrapassava.

Nesse sentido, é significativo que a “volta dos estudantes” tenha se produzido através da luta pela autonomia de suas entidades representativas e que essa bandeira tenha sido desfraldada inicialmente por grupos que pouco antes haviam encarado com simpatia, ou apoiado entusiasticamente o golpe.

Para eles, a finalidade da intervenção militar no meio estudantil replicava com exatidão o papel que estaria a cumprir na sociedade política em geral. Tratava-se, segundo pensavam, de expurgar a UNE dos “estudantes profissionais” e da influência

deletéria que eles propagavam a fim de que, sob lideranças autênticas, ela fosse reconduzida ao seu leito democrático¹⁴.

O entendimento das novas autoridades -civis e militares - era diverso. Inspiradas numa concepção geral de fundo totalitário - a Doutrina da Segurança Nacional - para elas o problema nessa frente não era tanto a influência política da esquerda entre os estudantes, mas a presença, sem travas, dos estudantes na política nacional.

Coerentemente com essa visão, apenas dois meses depois de instaurado, o governo militar já dispunha de um projeto de lei que alterava radicalmente o sistema de representação estudantil. Aprovada em 11 de novembro de 1964, a lei n. 4.464 - Lei Suplicy, como passou a ser denominada - extinguiu a UNE e as entidades estaduais, substituindo-as por organismos inteiramente subordinados ao Estado (a UNE ainda teve aproximadamente um ano de sobre vida legal, como associação civil, até que um decreto presidencial no início de 1966 proibiu definitivamente todas as suas atividades).

A reação contra a Lei Suplicy uniu - de liberais a marxistas - todo o movimento estudantil, na defesa de suas liberdades tradicionais e de suas organizações específicas. Não caberia historiar neste artigo cada fase desse processo de luta. A esse respeito, basta assinalar: a) que durante mais de um ano a resistência esteve sob o comando da corrente liberal; b) que, uma vez decretada a dissolução da UNE, o governo militar passou a definir as manifestações de inconformismo dos estudantes como atentatórias à Segurança Nacional - o que em seu código próprio justificava a mobilização de fortes aparatos policiais e militares para reprimi-las; c) que, nas condições criadas pela escalada da violência nos confrontos com a polícia, os liberais foram

progressivamente alijados, pela esquerda, das posições que detinham no movimento estudantil.

Mas conviria chamar a atenção para o curioso paradoxo que aflora quando examinamos mais de perto o significado dessas lutas.

Aludimos anteriormente ao avanço da militarização que se dá no Brasil a partir do golpe. No início de 1966, já se havia assistido a alguns momentos significativos desse processo: a cassação do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, cujo apoio fora decisivo para a aprovação do General Castello no Congresso; a prorrogação por um ano, em julho de 64, do mandato deste último, em claro desrespeito ao texto da Constituição e às suas reiteradas promessas; a edição, em outubro de 1965, do Ato Institucional nº 2, que inaugura uma nova temporada de expurgos, extingue os partidos políticos - cujos integrantes são forçados a se reagruparem em duas siglas confiáveis - e limita severamente a autonomia do Congresso; no mesmo mês, o estabelecimento do controle federal sobre os organismos regionais de segurança - as Polícias Militares; em fevereiro de 1966, a decretação do Ato Institucional nº 3, que suprime a eleição direta dos governadores dos estados, delegando sua escolha a corpos legislativos depurados e mantidos sob permanente assédio pelo poder central. Quando batiam-se pela autonomia de suas entidades, os universitários afirmavam um direito - o "direito à política" - que o regime negava ao conjunto da sociedade. Entre os estudantes e os grupos sociais mais sensíveis às perdas daí advindas - intelectuais, artistas, professores, advogados, jornalistas, parcelas importantes das classes médias - estabelecia-se uma convergência objetiva, que se traduzia em gestos de solidariedade. Sem o apoio - tácito ou declarado - de

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

órgãos da grande imprensa, por exemplo, dificilmente o protesto estudantil teria atingido as proporções alcançadas.

“Ação subversiva”; “grito de liberdade” - que as definições sustentadas pela opinião pública e pelas autoridades militares conflitem, não há nada de paradoxal nesse fato. É apenas quando as contemplamos da perspectiva de seus dirigentes que as mobilizações estudantis surgem sob a figura do paradoxo.

Com efeito, a quase totalidade dos líderes universitários dessa época militavam em organizações de esquerda que saíam de um longo período de introversão comprometidas com a idéia de preparar a luta armada. No quadro das concepções estratégicas que informavam essas organizações, o setor estudantil ocupava um lugar nitidamente secundário. Algumas delas inferiram daí a conveniência de deslocar os quadros que porventura dispusessem no movimento estudantil para outras frentes, mais importantes, de atuação. Nem todas, contudo, poderiam seguir nessa trilha, sem incorrer em graves prejuízos. Para vários dos grupamentos que abraçaram a causa da luta armada revolucionária, os estudantes constituíam o grosso de seus militantes; e o seu ambiente natural, o meio em que se movimentavam “como peixes dentro d’água” era a Universidade. É compreensível, assim, que a pergunta sobre o “papel do movimento estudantil” se colocasse para esses grupos com particular acuidade. Essa questão admitia várias repostas da aposta, feita pela AP, no papel exemplar dos estudantes, que detonariam com sua ação a revolta das classes populares, à atribuição ao movimento da mera função de sementeira de quadros. Nenhuma delas escapava, porém, da contradição entre o significado emprestado ao protesto pelos dirigentes e o que lhe era conferido pela massa mobilizada.

No tocante àqueles que atribuíam ao protesto estudantil um conteúdo protorevolucionário, esse desencontro é em si mesmo evidente. Mais interessante revela-se o caso de outras tendências que - mais fiéis à tradição marxista, por todos reivindicada - buscavam encarar com realismo sociológico maior o meio universitário. Essencialmente determinados em seu comportamento por sua condição de classe, os estudantes - como grupo social - não desempenhariam jamais um papel de relevo na transformação revolucionária da sociedade. Para além da retórica dos líderes, ao se mobilizarem os estudantes estariam, no fundo, reagindo a situações objetivas - em suas escolas e no mercado de trabalho - que os frustravam, no presente, e punham em risco a realização futura do projeto individual/familiar que os animava. Nessa perspectiva, o primeiro cuidado do militante deveria ser o de examinar acuradamente o seu campo específico de intervenção, identificar as necessidades mais sentidas dos colegas e firmar-se aos olhos destes como o paladino da luta por suas reivindicações.

Em 1967, a política estudantil foi dominada pela campanha contra o trabalho de um grupo misto criado pelo Ministério da Educação e uma agência norte-americana (o Acordo MEC-USAID) e, de maneira geral, contra a política educacional do governo. Sobre esse fundo consensual, as divergências saltavam aos olhos: enquanto a primeira corrente no movimento concentrava-se na denúncia do imperialismo e na agitação contra o governo, a segunda privilegiava questões mais específicas, tais como o problema dos estudantes aprovados em exames de ingresso, mas ainda assim excluídos da Universidade por falta de vagas (os “excedentes”); a cobrança de anuidades, vista como primeiro passo para a extinção do sistema público e gratuito de ensino

universitário; a subordinação da Universidade às demandas empresariais, com a conseqüente degradação do ensino e da pesquisa básica na escala de prioridades. Com essa agenda, os estudantes da “segunda posição” retomavam, em outro nível, a bandeira da reforma universitária, tentando desenvolver um projeto alternativo à reforma tecnocrática que estava em vias de ser imposta pelas autoridades. Não surpreende que surgisse com força, agora também, a exigência de participação nas decisões, desta vez expressa sob a figura das “comissões paritárias” - corpos mistos de professores e alunos, com a incumbência de propor mudanças na organização e no ensino das universidades.

Ao se lançarem, “sem ilusões”, na luta por reformas parciais, esses dirigentes estudantis - que, não obstante, se viam como revolucionários - não inovavam. Antes e depois deles, tem sido um traço comum a muitos movimentos sociais o serem liderados por militantes de organizações voltadas a fins transcendentais, que emprestam às mobilizações sob o seu comando o suporte inestimável de suas respectivas redes e de sua capacidade organizativa quase profissional. Com freqüência, esses militantes acabam como que capturados pelos movimentos que dirigem, arrastados voluntária ou involuntariamente pela sua lógica. Fica, porém, a dúvida: qual o sentido de seguir num investimento desse gênero quando se vive radicalmente - como os personagens de que falamos - sob o imperativo de “fazer a revolução”, aqui e agora? ¹⁵

A tensão é ineludível, e o único meio de aliviá-la era a dissociação da prática estudantil em dois planos, incapazes de se comunicar: a luta por reivindicações setoriais, e a “ação pedagógica”, exercida através da divulgação de textos e dos discursos proferidos em manifestações e assembléias

- a propaganda ativa da luta armada revolucionária. Por essa via, a contradição antes aludida entre a perspectiva dos líderes e da massa mobilizada volta a se manifestar.

Essas contradições vão se exacerbar ao máximo em 1968, mas para entender as razões desse fato é preciso fazer um recuo e considerar a evolução da conjuntura política desde um ano atrás.

Do ponto de vista político, 1967 tem início sob o signo de dois fatos: a posse de um novo presidente - o general Costa e Silva, que assumia o governo com a promessa de buscar soluções de compromisso para os problemas nacionais - e a promulgação de um novo texto constitucional que, embora consagrasse muitas das limitações introduzidas a partir de 64, assegurava, ainda assim, os direitos clássicos de cidadania - o *habeas corpus* e a liberdade de imprensa, por exemplo.

É sob esse pano de fundo que a Frente Ampla passa a intervir na cena política, polarizando a oposição partidária. Por sua natureza - uma organização política que pretendia manter mobilizada a opinião pública e não se submetia às regras restritivas do bipartidarismo autoritariamente imposto pelos militares - e por sua composição - ela nasceu da aliança entre o principal líder civil do movimento de 64, o ex-governador Carlos Lacerda, e o ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek -, desde o início a Frente Ampla afigurou-se como um corpo estranho, de metabolização sumamente complicada. Aliás, a assimilação não estava em seus planos. A aposta da Frente era incomparavelmente mais elevada. Contando com o prestígio de seus líderes maiores - no caso de Lacerda, grande inclusive em setores do Exército - e com as franquias inscritas na Constituição recém promulgada, ela se propunha a lutar por uma ampla anistia, por eleições diretas em todos os níveis, por uma

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

política econômica voltada para a expansão do mercado interno. Em uma palavra, a Frente reclamava a devolução do poder aos civis - o que, para Lacerda e seus admiradores, significava o “reencontro da Revolução consigo mesma”; e o fim desta, para os militares.

Durante vários meses, o governo oscilou ao sabor das circunstâncias, incapaz de definir uma linha de conduta para responder ao desafio que a Frente Ampla lançava. No final de setembro, o acordo entre Lacerda e João Goulart, no encontro de Montevideu, vai alterar drasticamente esse quadro. Ao procurar o ex-presidente deposto em seu exílio uruguaio, Lacerda elimina de pronto a hipótese de sua cooptação, ou a de um cordial entendimento entre velhos camaradas. Destruídas as pontes, sem possibilidade de volta, entre o Governo e a Frente não restava outro caminho senão o que levava ao choque.

Não é demais frisar: até o final de 1967, a cena política esteve dominada pelas articulações - contra ou a favor - em torno da Frente Ampla e, secundariamente, pelos problemas enfrentados pelo governo em sua tentativa de manter sob estrito controle sua base parlamentar. Depois das ruidosas jornadas de setembro de 66, o movimento estudantil refluía, e durante todo o ano estivera relegado às seções especializadas, nas páginas internas dos jornais. Não veio dele, portanto, o estímulo à tendência de rompimento com a ordem constitucional, que já no início de 1968 manifestava-se com força nos círculos militares, como a crônica da época revela.

O processo de radicalização, proposto pela Frente Ampla - escrevia em sua coluna diária o mais conceituado articulista político do país - já alcançou setores importantes na bancada federal do MDB. É de presumir que daqui para diante a atuação parlamentar opositora irá numa violência

crescente, em relação proporcional à diminuição das chances de influir e recuperar uma posição de prestígio no quadro institucional. O MDB e a Frente Ampla terão, nessa tarefa, como força auxiliar, os grupos frustrados da Arena, os quais, cautelosos nas manifestações tribunícias, tendem a se tornar cada vez mais audaciosos nas votações. Da parte do governo, nenhuma expectativa existe de que surjam medidas capazes de provocar distensão. As medidas que se programam, as leis que se projetam, os planos que se urdem são todos no sentido de agravar restrições, e nunca de promover aberturas. O governo satisfaz-se com a constatação de sua própria segurança militar e mantém o dispositivo político cada vez mais como simples concessão condicionada à capacidade de não lhe criar dificuldades. (CASTELO BRANCO, 1977: 273-74).

Esse comentário foi escrito no dia 4 de fevereiro de 1968. Já eram claros, então, os sinais de um provável retrocesso. Entretanto, é a comoção pública provocada pelo assassinato de Edson Luis, em 28 de março, que precipitará os acontecimentos, desatando o furor repressivo da direita civil e militar - no Rio de Janeiro, a missa de sétimo dia do estudante dá lugar a cenas inéditas de violência policial; um dia depois, portaria do Ministério da Justiça proibia qualquer atividade política da Frente Ampla em território nacional, determinando a apreensão de jornais, revistas e quaisquer outras publicações que divulgassem atos ou pronunciamentos de políticos cassados. Tinha início aí a escalada que culminaria, em 13 de dezembro, na edição do Ato Institucional nº 5, quando se dá, finalmente, no Brasil a instauração de uma ditadura *sans phrase*.

Mas, se o trauma da morte de Edson Luis repercutiu de tal forma na cena política, o seu impacto sobre os estudantes não seria menor. Com efeito, a inesperada ativação do setor, a amplitude e a radicalidade sem precedentes das manifestações que logo passaram a eclodir por toda parte lançaram no centro das atenções os líderes nacionais

do movimento . E, subitamente obrigados a se mover no terreno da grande política, sem que nada do que disseram ou fizeram antes os tivesse preparado para tal eventualidade, a ação desses dirigentes vai desvelar as contradições íntimas, toda a gama de ambiguidades que os habitavam.

Não deixa de ser irônico. Depois de elaborar criticamente a experiência das mobilizações sobrepolitizadas de 1966, já bastante avançado na mudança de rumos que o fazia privilegiar, cada vez mais, os temas relativos à Universidade, o movimento estudantil era atropelado pela conjuntura política, que recolocava na ordem do dia a questão das liberdades. Vinho novo, em odre velho. Como há dois anos atrás, estava em foco a violência do Estado; como então, era desafiadora a resposta dos estudantes - só que agora eles se mostravam mais audazes. Aparentemente, pouco mudara; no fundo era uma outra partida que se jogava. Que as lideranças estudantis não tenham tido uma percepção clara desse dado não é estranho - mesmo aos políticos mais traquejados ele era obscuro na época. Mas isso não anula o fato: no momento em que, nos mais altos conselhos do regime, tramava-se o golpe final contra o que ainda restava das instituições democráticas no país, o desprezo do movimento estudantil pela institucionalidade, a insistência na tática do confronto de rua com a polícia e a retórica das lideranças - que nessas ocasiões exortavam estudantes e populares a apoiar o futuro Exército Popular, pois "só a luta armada derruba a ditadura" - nada disso contribuía para evitar aquele funesto desenlace.

Fica pendente a dúvida: poderia ser de outra forma, quando sabemos que no segundo semestre de 68 as organizações de esquerda mais influentes no movimento estudantil já ultimavam os preparativos para passar às ações que a seus olhos realmente

importavam - a proletarização de quadros, no caso da AP, convertida na época a uma versão caricata do maoísmo; para as outras, a guerrilha? É impossível responder com segurança a pergunta. Mas uma coisa é certa: com alguns grupos já inteiramente voltados às ações armadas, o espaço para a ambivalência característica das lideranças estudantis tornava-se cada dia mais reduzido. Em qualquer hipótese, mais cedo do que tarde a escolha entre o movimento social e as condições de clandestinidade requeridas pelo engajamento na luta armada se imporia.

O ciclo de mobilizações estudantis de 68 atinge o seu ápice no final de junho, com a "passeata dos 100 mil", no Rio de Janeiro. A partir daí, o movimento começa a perder substância, sob o efeito concomitante de seu crescente radicalismo e da escalada repressiva. Acirram-se nessa fase as lutas de tendências, e aos poucos o movimento passa a ser dominado pela dinâmica das organizações.

Sobre esse movimento já combalido, o desastre de Ibiuna - a dissolução do Congresso da UNE, naquela localidade - vai cair como um golpe quase fatal. Num instante, a polícia política tinha nas mãos os líderes nacionais mais importantes, além de fichas de centenas de dirigentes intermediários de vários estados. Desde então, até mesmo por razões de segurança, as organizações começam a deslocar maciçamente seus quadros estudantis para outras frentes de atuação. Quando, a partir de 13 de dezembro, a repressão policial e militar se abate com todo o peso sobre o movimento estudantil, com algumas exceções, os militantes mais ativos não serão alcançados.

* * *

MOVIMENTO ESTUDANTIL E CRISE POLÍTICA

Com o AI-5, o Brasil ingressou em um período de trevas. Apoiada na ação onipresente da polícia política e reforçada pelo impressionante dinamismo da economia (em 1973, o crescimento do PIB atingiu a marca estonteante de 14%), a propaganda oficial conseguiu manter durante anos um clima opressivo, em que a euforia e o medo se mesclavam. No governo Geisel (1974-1979), a adoção de algumas medidas liberalizantes começou a atenuar os traços mais pronunciadamente autoritários do regime. Em 1977/78, o processo de liberalização ganharia ímpeto, com a entrada na cena política de novos personagens - o movimento operário e sindical, por exemplo - e a derrogação do AI 5. Logo a seguir, viriam a anistia, e o surgimento de novos partidos. Em 1982 realizam-se, pela primeira vez em dezessete anos, eleições diretas para a escolha de governadores de Estado. E dois anos mais tarde - através de uma aliança entre o partido majoritário da oposição e setores civis e militares do regime - elegia-se o primeiro presidente civil desde 1960. Estava findo o "tempo dos generais", embora as Forças Armadas, no gozo de quase todas as suas antigas prerrogativas, continuassem a desempenhar uma clara função tutelar (STEPAN, 1988).

Nesse processo, a influência do movimento estudantil não chega a ser expressiva. Alvos de violenta repressão no início e submetidos, desde então, a um sistema rigoroso de controle, os universitários não conseguiram manter acesa a chama da UNE, nem lograram elaborar coletivamente sua experiência prévia de lutas. A linha de continuidade foi efetivamente rompida. Quando o movimento estudantil ressurgiu, na segunda metade dos anos 70, ele traz

consigo outra linguagem, outras regras tácitas de comportamento, outro repertório. Para esse movimento, 68 era uma referência distante, envolta numa aura mística.

Mas, se é assim - a pergunta impõe-se - o que restou dos projetos, da agitação, de toda a energia liberada naqueles anos convulsos? Até onde vai nosso conhecimento, inexistem pesquisas que nos informem com segurança sobre esse aspecto. Mas, ainda assim, é cabível arriscar a hipótese: se os efeitos diretos do movimento de 68 sobre a política nacional, no longo prazo, são duvidosos, as marcas que este deixou em seus participantes foram profundas. Não por acaso, nas mobilizações de classes médias que se multiplicaram no contexto da abertura política - associações de bairro, sindicalismo de médicos e de professores - é grande o número de ex-ativistas. Não parece casual, tampouco, que no PT - primeiro partido de esquerda, com ampla penetração popular no Brasil - sua presença seja tão perceptível.

Mas não é tudo; e talvez não seja o principal. Alguém definiu poeticamente a história como a apropriação "de uma reminiscência, como ela relampeja num momento de perigo". Em um país tão parco de figuras e gestos maiores, numa época em que os poderes estabelecidos procuram por todos os meios sufocar o negativo e banir a possibilidade mesma de imaginar mundos diversos - num país e em uma época assim, com todos os seus exageros, todos seus equívocos, o que 68 nos lega de mais importante é um passado pleno de sentido, ao qual continuaremos a nos referir e do qual teremos sempre motivos de sobra para nos orgulhar.

Sebastião C. Velasco e Cruz é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

NOTAS

¹ A obtenção do apoio necessário à construção da primeira grande usina siderúrgica do país - a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda - que viria a desempenhar um papel chave na industrialização do país.

² Informações primárias sobre a participação dos estudantes na luta contra o Estado Novo podem ser encontradas em Memorex, s/d.

³ Movimento civil-militar que pôs fim à República oligárquica existente no Brasil desde o final do Império, nos últimos anos do século passado.

⁴ Sobre a trajetória dos estudantes católicos de esquerda no período, além do artigo antes referido, cf. Kadt, 1970; Souza, 1984; Lima, 1979; Beozzo, 1984; Sigrist, 1982. Avaliações distintas da experiência da AP por ex-dirigentes podem ser encontradas em Haroldo Lima e Aldo Arantes, 1984 e no depoimento de Herbert de Souza, 1976, pp. 67-111.

⁵ Sobre o trabalho da UNE na mobilização dos universitários, cf. o depoimento de Aldo Arantes, presidente da entidade de agosto de 1961 a julho de 1962, em 1980, pp. 13-21. Sobre o CPC, particularmente, cf. Berlinck, 1984.

⁶ Fato que se deve, em boa medida, às transformações operadas na composição e nos horizontes estratégicos desse empreariado pela acelerada internacionalização da economia.

⁷ Do programa de "reformas de base"

constavam com destaque: a reforma agrária, a bancária, a administrativa e a universitária.

⁸ Sobre os impasses políticos no período Goulart, cf. Wanderley Guilherme dos Santos, 1986, e Argelina Figueiredo, 1987.

⁹ Sobre os bastidores da conspiração, cf. René Dereiffuss, 1981. Para uma análise fina da mobilização conservadora nessa conjuntura, cf. Saes, 1985, pp. 135 e ss.

¹⁰ Depoimento de Wladimir Palmeira em Antonio Caso, 1976.

¹¹ Sobre esse ponto, a leitura do ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos, 1961, e a polémica que a ele se segue é bastante instrutiva.

¹² Descrição detalhada da recomposição que se opera nessa época no campo da esquerda pode ser encontrada em Marco Aurélio Garcia, 1979, e em Gorender, 1987.

¹³ A respeito da histórica político-intelectual dessa ascendência da questão tática - a forma de luta - sobre o tema estratégico do "caráter da revolução", cf. João Quartim de Moraes, 1989.

¹⁴ As posições desse grupo e as circunstâncias que os levam a perder a liderança das entidades estudantis são bem analisadas por João Roberto Martins Filho, 1987.

¹⁵ Pode-se formar uma idéia desse sentimento de "urgência" através da leitura de dois livros básicos: Zuenir Ventura, 1988, e Reis Filho, 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon.** (1977). "Movimento estudantil e classe média no Brasil". In: J.A. Albuquerque (coord.), *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARANTES, Aldo.** (1980). "Depoimento". In: *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. Vol. 1, São Paulo, Livramento.
- BEOZZO, José Oscar.** (1984). *Cristãos na universidade e na política. História da JUC e da AP*. Petrópolis, Vozes.
- BERLINCK, Manoel T.** (1984). *Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, Papirus.
- CASTELO BRANCO, Carlos.** (1977). *Os militares no poder*. Vol. III, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CASO, Antônio.** (1976). *A esquerda armada no Brasil 1967 - 1971*. Lisboa, Moraes.
- CUNHA, Luis Antonio.** (1983). *A universidade crítica. O ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- DOBRY, Michel.** (1986). *Sociologie des crises politiques. La dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- DREYFFUSS, René A.** (1981). *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes.
- FIGUEIREDO, Argelina C.** (1987). *Political Coalitions in Brazil, 1961-1964: Democratic Alternatives to the Political Crisis*. Tese de doutorado. Chicago, Department of Political Science, datilo.
- GARCIA, Marco A.** (1979). "Contribuição à história da esquerda brasileira 1960 - 1979". *Em Tempo*, 77-86, ago/out.
- GORENDER, Jacob.** (1987). *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática.
- INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos.** (1968). "Caracterização sociológica do estudante universitário". *Pesquisas e Monografias*. Série VII, vol. 3.
- KADT, Emanuel.** (1970). *Catholics radicals in Brazil*. London, Oxford University Press.
- LIMA, Luiz G. Souza.** (1979). *A evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo.** (1984). *História da ação popular da JUC ao PC do B*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- LOWY, Michael.** (1989). "Marxismo e cristianismo na América Latina". *Lua Nova*, São Paulo, 19: 05-21.
- MARTINS FILHO, João R.** (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papirus.
- MEMOREX.** (s/d). *Elementos para uma história da UNE*. Rio de Janeiro, Edições Guaraná.
- MORAES, João Quartim de.** (1989). "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968". *Tempo Social*, 1 (2).
- REIS FILHO, Daniel Arão e MORAES,**

- Pedro de. (1988). *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- SAES, Décio. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1986). *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice.
- SANTOS, Wanderley G. (1961). *Quem dará o golpe no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SIGRIST, José Luiz. (1982). *A JUC no Brasil. Evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo, Cortez Editora.
- SOUZA, Herbert. (1976). "Depoimento". In: P. C. U. Cavalcanti e J. Ramos (eds.), *Memórias do exílio*, São Paulo, Livramento.
- SOUZA, Luiz A. Gomes de. (1984). *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes.
- STEPAN, Alfred. (1988). "As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai, Espanha". In: A. Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VENTURA, Zuenir. (1988). *1968. O ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- WALLERSTEIN, I. (1989). "1968, Revolution in the World System." *Theory and Society*. New York, 18 (4): 431-450, jul.